

- Câmara aprova Projeto de Lei que reajusta o salário mínimo;
- Projeto de Decreto Legislativo para sustar Portaria do Ponto Eletrônico é reapresentado na Câmara;
- Líderes Partidários definem Comissões Permanentes no Senado Federal

Câmara aprova Projeto de Lei que reajusta o novo Salário Mínimo

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na madrugada de hoje (17) o novo salário mínimo de R\$ 545,00, sob a relatoria do Deputado Vicentinho (PT/SP).

O objeto de votação foi o PL 382/11, do Poder Executivo, que dentre outros pontos estabelece as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo para o período 2012-2015. Objetiva ainda disciplinar a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento de crédito tributário.

Os principais pontos aprovados foram:

- Valor do Salário Mínimo - fixa em R\$ 545,00 o valor do salário mínimo - o valor diário corresponderá a R\$ 18,17 e o valor horário, a R\$ 2,48.
- Reajuste - os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Aumento real - a título de aumento real serão aplicados os seguintes percentuais:

- em 2012 - será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2010;
- em 2013 - será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2011;
- em 2014 - será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2012; e
- em 2015 - será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2013.
- Divulgação dos índices - os reajustes e aumentos fixados serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto que divulgará a cada ano os valores mensal, diário e horário do SM correspondendo, o valor diário, a um trinta avos e o valor horário, a um duzentos e vinte avos do valor mensal.
- Política de valorização do SM - até 31/12/2015, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a

panel

- Suplentes em exercício já somam 35 na Câmara

Na sessão extraordinária da Câmara convocada para votar o projeto de lei do aumento do salário mínimo, tomaram posse o deputado Ronaldo Nogueira - PTB/RS em substituição ao deputado Maurício Dviedricki - PTB/RS e deputado Vilalba - PRB/PE no lugar Maurício Rands - PT/PE. Houve ainda a reassunção de um titular, deputado Pedro Paulo - PMDB/RJ, afastando o suplente Nelson Bornier - PMDM/RJ. Somam até então 35 suplentes em exercício.

política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2016 e 2019, inclusive.

- O monitoramento e avaliação da política de valorização do SM será pelo Poder Executivo, que constituirá grupo interministerial, sob coordenação do MTE, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

A punibilidade de crimes contra a ordem tributária - altera a Lei 9.430/96 (que dispõe sobre a legislação tributária federal) estabelecendo:

- na hipótese de concessão de parcelamento do crédito tributário, a representação fiscal para fins penais somente será encaminhada ao Ministério Público após a exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento;
- fica suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes contra a ordem tributária, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no parcelamento, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal;
- a prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva;
- extingue-se a punibilidade dos crimes quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

O PSDB apresentou um Destaque de Votação em Separado para a emenda nº 1 que estabelecia o valor do salário mínimo em R\$ 600,00. Foi rejeitada a emenda com 106 votos SIM, 376 votos NÃO e 7 Abstenções, totalizando 482 votos computados.

O DEM também apresentou seu Destaque, desta feita à emenda nº 22, que estabelecia valor de R\$ 560,00. Foi rejeitada a emenda com 120 votos SIM; 361 votos NÃO e 11 Abstenções, totalizando 492 votos computados.

O PPS apresentou Destaque à emenda do mesmo partido que exclui do texto do Projeto o artigo 3º, que determina que a fixação do salário mínimo ocorrerá, nos próximos anos, por decreto do Poder Executivo. O autor do Destaque, Deputado Roberto Freire (PPS/SP) defendeu o texto Constitucional (art. 7º) que estabelece a prerrogativa do Poder Legislativo de fixar o salário mínimo através de Lei. Foi rejeitado o Destaque por 350 a 117 votos.

Rejeitadas tais emendas, o Governo obteve sua primeira grande vitória no Congresso Nacional: salário mínimo em R\$ 545,00.

A matéria ainda será votada pelo Senado Federal.

Comissões Permanentes do Senado deverão ser instaladas na semana que vem

Os líderes partidários, em reunião hoje realizada, decidiram a quais partidos caberão as presidências das comissões permanentes do Senado. Na distribuição ficou respeitada a proporcionalidade partidária. Com essa decisão, as comissões deverão ser instaladas na próxima semana.

A instalação, na semana passada, da Comissão de Constituição e Justiça, possibilitou a realização de reunião que sabatinou o Ministro Luiz Fux, aprovando sua indicação, feita pela Presidente da República, a ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal.

As Comissões Permanentes ficam assim distribuídas:

Comissões Permanentes	Partido	Presidente	Vice-presidente
CCJC Constituição, Justiça e Cidadania	PMDB	Eunício Oliveira – PMDB-CR	José Pimentel – PT-CE
CAE Assuntos Econômicos	PT	Delcídio Amaral – PT-MS	Lobão Filho – PMDB-MA
CRE Relações Exteriores e Defesa Nacional	PTB	Fernando Collor - PTB-AL	Cristovam Buarque - PDT-DF
CMA Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	PSB	Rodrigo Rollemberg -PSB-DF	Membro do DEM
CAS Assuntos Sociais	DEM	Membro do DEM	Casildo Maldaner -PMDB-SC
CDH Direitos Humanos e Legislação Participativa	PT	Membro do PT	Membro do PT
CRA Agricultura e Reforma Agrária	PDT	Acir Gurgacz - PDT - RO	Waldemir Moka - PMDB-MS
CE Educação	PMDB	Membro do PMDB	Membro do PSDB
CI Serviços de Infraestrutura	PSDB	Membro do PSDB	Blairo Maggi - PR-MT
CCT Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação	PMDB	Eduardo Braga - PMDB-AM	Gim Argello - PTB-DF
CDR Desenvolvimento Regional	PP	Benedito de Lira - PP-AL	Eduardo Amorim - PSC-CE